

Feminização do Poder
Um estudo das recentes transformações de conteúdos e práticas políticas
comunitárias em Vila Canoa

Alunas: Monique Lomeu Magalhães, Daniela Santos Machado Pagnoncelli
Orientadora: Denise Pini Rosalem da Fonseca

Introdução

O projeto de pesquisa **Feminização do poder** se inscreve no trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “Cultura e sustentabilidade” (CNPq/2006)¹, da linha de pesquisa “Questões socioambientais, estudos culturais e desenvolvimento sustentável”, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, sob a coordenação da professora Denise Pini Rosalem da Fonseca².

Este projeto tem como pesquisadoras a estudante de graduação do Departamento de Serviço Social, Monique Lomeu Magalhães³, bolsista PIBIC e a turismóloga e Mestre em Serviço Social, Daniela Santos Machado Pagnoncelli⁴.

A concepção e o desenvolvimento deste projeto se deram em três momentos. Em março de 2007 ele foi esboçado para propiciar o início de um piloto de trabalho de campo, através de uma bolsa de Iniciação Científica, concedida pelo PIBIC/PUC-Rio à aluna Monique L. Magalhães naquele ano. Em março de 2008 o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Psicologia e Serviço Social do CNPq, resultando na concessão de uma bolsa APQII à professora Denise P.R. Fonseca, com duração prevista até 2011. Em maio de 2008 a pesquisa se desdobrou com a concepção do projeto, **Novas e tradicionais organizações da sociedade civil de Vila Canoa**, do qual participa a pesquisadora Daniela S.M. Pagnoncelli.

Objetivos e procedimentos

Este trabalho tem por objetivo central estudar a participação feminina em instituições intra-comunitárias nas últimas décadas. O que este trabalho deseja descrever e analisar são as novas e tradicionais formas de organização da sociedade civil —suas rupturas e continuidades— com ênfase nos novos papéis institucionais da mulher.

O objeto empírico pesquisado —Vila Canoa— corresponde a um piloto de pesquisa que pretende ser desdobrada, futuramente, para os bairros do Vidigal e Rocinha.

Dois motivos levaram à escolha do bairro de Vila Canoa como objeto inicial da pesquisa de campo. O primeiro, porque já se contava com a possibilidade de acesso àquela comunidade, propiciado pelo Projeto Vila Canoa (NIMA, 2005), que tinha como objetivo identificar as principais vocações laborais presentes no bairro. O segundo, porque durante o desenvolvimento do Projeto Vila Canoa foi possível observar uma forte e inovadora participação feminina nas instituições da comunidade, despertando as questões que a atual pesquisa deseja responder.

Entre os meses de agosto de 2007 e junho de 2008 foi construída uma bibliografia sobre o conceito de “feminização”, posto que o tema da “feminização do poder” é ainda não tratado pela literatura como tal. Durante este período da pesquisa,

¹ <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0111610CL5EMV7>

² Currículo Lattes acessível em: <http://lattes.cnpq.br/1972001692976289>

³ Currículo Lattes acessível em: <http://lattes.cnpq.br/2114886578746795>

⁴ Currículo Lattes acessível em: <http://lattes.cnpq.br/8360831951350648>

princípios de leitura e sistematização da literatura selecionada para identificar as principais vozes acadêmicas e seus argumentos centrais sobre “feminização”. Em paralelo, foram feitas duas entradas ao campo de pesquisa —o bairro de Vila Canoa—, nos meses de novembro de 2007 e maio de 2008, para uma identificação inicial das instituições e organizações ali presentes. Os achados deste primeiro trabalho de campo foram organizados sob a forma de um banco de dados inicial. Finalmente, os achados da pesquisa bibliográfica e do trabalho de campo foram apresentados no II Seminário de Iniciação Científica do Departamento de Serviço Social, realizado no dia 24 de junho de 2008.

Discussões e resultados

O movimento feminista tem sido um importante movimento de resistência social do século XX, na medida em que discute o que é —e o que deveria ser— a cidadania feminina. É o movimento feminista que vem pautando a necessidade da garantia de direitos às mulheres, já que se entende que somente através da cidadania é que se poderá reverter o histórico quadro de desigualdade que persiste entre os gêneros. Neste sentido, a história do feminismo corresponde à da constituição das mulheres como um novo “sujeito coletivo”. Este novo “sujeito” nasce a partir do momento em que as mulheres deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando visíveis temas até então confinados à esfera privada.

Eric Hobsbawm (1995) destaca que a ascensão de qualquer mulher a postos de liderança política antes da Segunda Guerra Mundial era algo politicamente impensável, o que equivale a dizer que, para o historiador, a “feminização do poder” principia historicamente na segunda metade do século XX. De fato, em 1966 no Sri Lanka, Sirimavo Bandaranaike tornou-se a primeira mulher do mundo a assumir um posto de Ministro, inaugurando um novo tempo nas relações de poder entre os gêneros. Esta saída da mulher do espaço privado para se instalar em uma instituição da esfera pública só foi possível devido ao movimento feminista que, espalhado pelo mundo todo desde então, vem reivindicando uma mudança no *status* social da mulher, ao defender a sua competência para assumir tarefas antes reservadas apenas aos homens.

Um exame rápido da literatura atual sobre “feminização” mostra que os estudos que tratam da condição atual da mulher, têm se concentrado em dois temas: o da “feminização da pobreza” e o da “feminização da AIDS”.

A. Feminização da pobreza

O conceito “feminização da pobreza” foi apresentado pela primeira vez em 1978 por Diana Pearce em um artigo publicado na *Urban and Social Change Review* (Pearce, 1978, p. 28-36). Seu argumento era que a pobreza estava se tornando rapidamente um problema feminino, na medida em que era possível associar o processo de empobrecimento das mulheres ao aumento na proporção de famílias pobres chefiadas por mulheres.

Nascido na segunda metade da década de 1970 nos EUA, este conceito passou a ser utilizado principalmente pelas agências de governo e financiamento, associado ao aumento da frequência de mulheres entre os mais pobres. Segundo Mary Castro (1999), o aumento do número de lares chefiados por mulheres deve-se ao incremento do número de divórcios, separações e do fenômeno de viuvez feminina. Castro sustenta também, que as recentes transformações no mundo do trabalho agravam o quadro de pobreza feminina, através de uma precária inserção da mulher no mercado, uma vez que

estas transformações reforçam a desigualdade de gênero no que tange a remunerações desiguais. Finalmente, também se observa que o número de mulheres-mães no mercado de trabalho vem aumentando sem que se implementem equipamentos públicos de suporte à mãe trabalhadora. O resultado desta somatória de elementos é que a maior participação da mulher no mercado de trabalho se dá através do setor de serviços, especialmente no mercado informal e no serviço doméstico e, de uma forma em geral, remunerada de maneira a manter a pobreza entre as mulheres (Castro, 1999, p. 89-96).

Para Maria Salet F. Novellino (2004) o conceito “feminização da pobreza” é indicativo de que as mulheres, ao longo das últimas décadas, vêm se tornando mais pobres do que os homens, agregando ao estudo da “feminização da pobreza” o dado das relações desiguais entre os gêneros. Esta idéia que se confirmou no “Relatório de Desenvolvimento Humano” apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1995: “A pobreza tem o rosto de uma mulher – 1,3 bilhões de pessoas na pobreza, 70% são mulheres” (PNUD, 1995, citado em Novellino, 2004, p. 2).

A respeito da remuneração feminina, Guacira C. Oliveira (2002), em “Mulheres chefes de família”, lembra que a mulher contemporânea vem enfrentando a já celebrada “dupla jornada de trabalho”, cuja remuneração é injusta fora de casa e inexistente no interior desta. E a autora avança, somando a esta o elemento da raça:

Mas quando se trata de uma família monoparental, não é só a dupla jornada que não encontra apoio. A manutenção da casa se faz com a remuneração de uma única pessoa. E se ela for do sexo feminino e negra, a sua remuneração corresponderá a **um quarto da de outra pessoa do sexo masculino e branca** (Oliveira, 2002, p. 2) [Grifo nosso].

Por todas estas razões, é possível estabelecer uma correlação entre os argumentos centrais das discussões sobre “feminização da pobreza” e o conceito de gênero, na medida em que este último pressupõe **relações desiguais de poder** entre homens e mulheres. Em outras palavras, qualquer estudo sobre “feminização” é, antes de tudo, um estudo sobre **relações de poder entre homens e mulheres**.

O termo “gênero” ganhou visibilidade a partir da década de 1970, quando foi adotado pelo movimento feminista e pela produção acadêmica sobre as mulheres, embora não exista um consenso dentro do movimento feminista sobre este conceito. A vertente que mais se aproxima do objeto estudado pela presente pesquisa — “feminização do poder”— é a vertente entendida como pós-estruturalista, que dá ênfase ao caráter histórico das diferenças entre os gêneros e a própria construção social da percepção da diferença sexual, reconhecendo que é necessário incorporar outras dimensões das relações sociais, tais como: raça, classe e geração (Farah, 2004, p. 48).

Nas sociedades ocidentais, que são também marcadas por outros sistemas de desigualdades, como é apontado pela abordagem pós-estruturalista, é possível verificar, no entanto, que existe um padrão dominante nas identidades de gênero que envolve uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública, como na esfera privada (Farah, 2004, p. 48).

Em 2005, o Fórum Econômico Mundial encomendou a realização de um estudo em 58 países, cujo objetivo era avaliar as disparidades de gênero e verificar até que ponto as mulheres alcançaram igualdade em relação aos homens em cinco áreas críticas: participação econômica; oportunidade econômica; **empoderamento político**; avanço educacional, e saúde e bem-estar. Os achados deste estudo mostraram que, mesmo em vista da crescente conscientização internacional em relação às questões de gênero, “a realidade é perturbadora, pois nenhum país conseguiu eliminar a disparidade entre os sexos” (Fórum, 2005, p. 3). Os países nórdicos foram os que conseguiram reduzi-la aos

índices mais baixos, dentre os quais a Suécia detém a liderança mundial. O Brasil ocupa a quinquagésima primeira posição.

Naquele Fórum foi reconhecida a necessidade de promoção da igualdade de gênero em todo o mundo: uma condição necessária para que exista uma mudança cultural nas relações entre homens e mulheres. Reconheceu-se também a importância do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), criado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1984, como um importante instrumento conquistado pelas mulheres.

Ainda no plano das ações internacionais, constitui um marco histórico a realização da IV Conferência de Beijing, China, em 1995, que trouxe para o centro do debate mundial a necessidade de discussão do conceito de gênero, como condição para a promoção de mudanças na situação da mulher.

Para isto se enfatizou a importância da idéia de “transversalidade de gênero”, o que significa uma aplicação deste conceito a todas as ações e políticas desenvolvidas. Transversalidade de gênero: “... é aplicação de perspectivas de gênero a todas as normas e padrões legais e sociais, a todas políticas de desenvolvimento, pesquisa, planejamento, *advocacy*, desenvolvimento, implementação e monitoramento” (Fórum, 2005, p. 4). Esta idéia de transversalidade passou a ser uma ferramenta fundamental de aplicação da política de gênero para todos os Estados membros desde então.

Como parte dos trabalhos realizados em Beijing, foram identificados os problemas mais relevantes no que tange a questão de gênero, sendo firmada uma plataforma de ação com 12 áreas prioritárias de atuação para mudar a situação das mulheres no mundo inteiro. Entre os setores urgentes de mudança estão:

- 1) A desigualdade no acesso e na participação da mulher, no que concerne à definição de estruturas e políticas econômicas e os processos de produção;
- 2) A **desigualdade entre homens e mulheres na participação do poder e na tomada de decisão em todos os planos**, e
- 3) O acesso desigual da mulher às oportunidades educacionais e a insuficiência destas (Fórum, 1995, p.1-5).

Marta F.S. Farah (2004) e Guacira C. Oliveira (2002) vêm elaborando a importância do conceito de gênero como um elemento central na concepção de políticas públicas. Esta tendência de incorporação das mulheres como um “sujeito coletivo”, a ser tomado como beneficiário principal de políticas públicas só se concretizou a partir da influência do movimento feminista que, nos últimos anos, centrou a sua luta nesta pauta, através de encontros e conferências mundiais, tais como: a “ECO-92, sobre o Meio Ambiente; a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em 1993; a Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995” (Farah, 2004, p. 54).

Para Oliveira (2002) não basta desenvolver políticas públicas para superar a iniquidade de gênero: é necessário que se opere uma mudança cultural sobre a irresponsabilidade paterna e sua função social, que vai do estímulo até a abertura de possibilidades para o compartilhamento, entre homens e mulheres, das tarefas domésticas e do cuidado com a prole. Sendo assim, é possível presumir que a superação dos problemas enfrentados pela mulher só se dará se houver vontade política para instituir o princípio da equidade de gênero, além da busca de equidade etno-racial, como orientador dos programas de governo e das políticas sociais que dele derivem.

B. Feminização da AIDS

A epidemia da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) se iniciou nos países ocidentais e, embora inicialmente ela atingisse populações de melhor nível socioeconômico (especialmente na França, Alemanha, Itália, Espanha e Inglaterra), atualmente ela está associada aos mais diversos seguimentos sociais, constituindo as razões para isto um tema em si de debate acadêmico.

Quanto à questão da vulnerabilidade à infecção pelo HIV, a partir de segmentos populacionais sob risco especial é possível afirmar que:

Nestes segmentos igualmente interagem, de forma sinérgica, problemas de diversas ordens, como, por exemplo, entre os usuários de drogas injetáveis pertencentes aos estratos mais pobres, envolvidos na prática do sexo comercial (...), representações sociais estigmatizantes (incluindo **racismo e discriminação de gênero**, ou em decorrência de hábitos ilícitos e/ou estigmatizados) e parâmetros econômicos (**precariedade de inserção no mercado formal**, riscos decorrentes da participação em atividades ilícitas). Em suma, também aqui existe interação de diversos fatores de atuação (...) no sentido de fazer com que estes segmentos sejam mais vulneráveis à infecção pelo HIV (Bastos & Szwarcwald, 2008, s/n).

No Brasil os primeiros casos de AIDS foram diagnosticados em 1982. A epidemia se iniciou de forma semelhante na maioria das regiões brasileiras, afetando principalmente a população masculina, de homens que fazem sexo com homens. A doença se instalou rapidamente também entre os portadores de doenças que necessitam transfusão de sangue e hemoderivados e entre os usuários de drogas injetáveis. A maior concentração de casos de AIDS no Brasil se localiza nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, destacando-se o uso de drogas injetáveis como a forma cada vez mais importante de contaminação e transmissão do vírus (Bastos & Szwarcwald, 2008, s/n).

O fenômeno chamado de “feminização da AIDS” no Brasil corresponde a um aumento considerável do número de mulheres infectadas pelo vírus HIV nas duas últimas décadas. Desde a identificação desta tendência na segunda metade da década de 1980, a doença deixou de estar associada exclusivamente aos grupos sociais percebidos como “grupos de risco”, tais como: usuários de drogas injetáveis, homossexuais, dependentes de transfusões de sangue, entre outros, para se estender a todo o conjunto da sociedade.

Os primeiros casos da doença em casais heterossexuais no Brasil apareceram em 1984. Para alguns dos mais importantes pesquisadores do tema no Brasil a expansão da epidemia entre as mulheres tem relação direta com **a distribuição desigual de poder entre homens e mulheres**, o que propicia uma cultura de silêncio nas relações de gênero que impede a prevenção do contágio.

A combinação da violência material e simbólica da "dupla moral" - no que diz respeito ao comportamento sexual de homens e mulheres no âmbito da família e da sociedade -, da assimetria na capacidade de tomar decisões e de efetivá-las, bem como a ausência de canais para a manifestação de queixas e resolução de pendências - pelo diálogo ou via legal -, faz com que para as mulheres seja mais difícil ter acesso a informações adequadas e atualizadas; uma vez que estas sejam obtidas, é penosa a modificação de comportamentos e, mesmo que venham a ser alterados, a dificuldade instaura-se na manutenção de tais mudanças nas interações cotidianas (Bastos & Szwarcwald, 2008, s/n).

No “Plano de enfrentamento da feminização da epidemia de AIDS e outras DST no Estado de São Paulo”, publicado pelo Ministério da Saúde em 2007, foram encontrados os seguintes dados: “de 1980 até junho de 2007, foram notificados 155.302 casos de AIDS no Estado de São Paulo, dos quais 46.023 são mulheres” (MS, 2007(b), p.1). Analisando-se os dados referentes aos casos de AIDS entre mulheres no Estado, observaram-se três fases distintas em termos de maior risco para a infecção do HIV:

- A primeira fase - do início da epidemia até 1986. Nesta fase a transmissão pela via sexual era a mais importante, sendo as parcerias com homens bissexuais as mais frequentes, além da transmissão pela transfusão sanguínea;
- A segunda fase - de 1987 a 1990. Nesta, a maior proporção de casos de contaminação feminina estava relacionada ao uso de drogas injetáveis, quer porque as mulheres fossem usuárias, quer porque fossem parceiras sexuais de homens usuários, e
- A terceira fase - de 1991 até o presente. Nesta, a prática heterossexual voltou a ser a principal situação de risco apontada pelas mulheres com AIDS, agora com uma menor importância relativa dos parceiros usuários de drogas injetáveis, e maior proporção de outras parcerias, como homens com multiplicidade de parcerias sexuais (Ministério da Saúde, 2007(b), p.1).

Sem dúvida, as questões de gênero, ou seja, as **formas desiguais de poder estabelecidas entre homens e mulheres** acabam por tornar as mulheres mais vulneráveis à infecção. Mesmo cientes de que correm riscos de contaminação, muitas vezes a prevenção ao HIV não faz sentido para as mulheres, por elas viverem em um contexto de múltiplos riscos e poucas expectativas. Isso é particularmente verdade para as mulheres pobres. Outras mulheres julgam, apesar de conhecer as formas de transmissão, que estão livres de risco, pois relacionam a contaminação a situações moralmente negativas. Finalmente, há algumas mulheres que se reconhecem em risco de contágio com o HIV e discutem isto com seus parceiros, porém não conseguem fazer com que haja co-responsabilidade na prevenção (MS, 2007(b), p.2).

É possível verificar através dos dados epidemiológicos que, nos últimos 20 anos, ocorreu um aumento considerável da ocorrência de infecção por HIV/AIDS e outras DSTs em mulheres no Brasil:

A informação sobre os casos revela que, em 1985, a razão de casos de AIDS entre os sexos masculino e feminino era de 26,5 homens por mulher. Em 2005, essa razão passou a ser de 1,5 caso de homens para cada caso em mulheres. Na adolescência, o número de casos notificados em mulheres é maior do que em homens. Na faixa etária de 13 a 19 anos, foram notificados, em 2005, 1,6 caso de AIDS em mulheres para cada caso em adolescente do sexo masculino (MS, 2008, p.1).

A vulnerabilidade feminina na esfera da saúde sexual se evidencia cada vez mais, pois: “em todo mundo, 17,3 milhões de mulheres com 15 anos ou mais estão vivendo com HIV. Isto representa cerca de 50% do total de pessoas infectadas” (MS, 2007, p. 9).

Apesar da propaganda liberação feminina, as mulheres ainda têm um poder muito menor do que o homem para deliberar sobre sua vida, que deriva de uma histórica submissão emocional, cultural e econômica do feminino em relação ao masculino. No caso da saúde, por exemplo, a consequência é uma baixa possibilidade de negociação da mulher para a adoção de métodos de prevenções às DSTs e HIV/AIDS, como o uso regular de preservativos.

A partir do reconhecimento deste estado de coisas, o “Plano de enfrentamento da AIDS e outras DSTs”, do Ministério da Saúde (2007a), estabeleceu um conjunto de estratégias que visam o **fortalecimento e o empoderamento da mulher**. O que se espera é que esta condição de vulnerabilidade social e individual seja reconhecida e enfrentada pela mulher, como meio para deter o crescimento vertical da doença.

É possível dizer, portanto, que tanto a “feminização da pobreza”, quanto a “feminização da AIDS”, se inscrevem em um quadro socioeconômico e cultural que vem mantendo a mulher em uma posição de vulnerabilidade social e subalternidade político-econômica.

No sentido de promover mudanças neste quadro, tem-se estruturado importantes ações, como foi a Conferência de Beijing, que posteriormente inspirou outras iniciativas de proteção à mulher. A reversão deste quadro implica —como os muitos planos de ação já o indicam— que se discutam as questões ligadas à sexualidade e à afetividade nas relações entre homens e mulheres, mas sobretudo, que se revejam as questões ligadas ao **equilíbrio de poder entre os gêneros**.

Neste contexto histórico e político, foi criada em 2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), com a finalidade de:

... assessorar, direta e imediatamente, o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres (...) [e] elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade (Ministério da Saúde, 2007(a), p. 21).

C. O poder das instituições

O trabalho de Michel Foucault sobre poder e as estruturas do seu exercício, particularmente a discussão contida em **Microfísica do poder** (1979), está ligado às suas pesquisas sobre o poder institucional, mais especificamente o poder das instituições de saúde, de educação, militares e penitenciárias (Foucault, 1979, p. xvi). Foucault aponta que algumas formas de instituições exercitam outras formas de poder (micro-poderes), que não necessariamente estão ligadas ao poder do Estado (macro-poder): “o que parece como evidente é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação” (Foucault, 1979, p. xii). O que aquele autor deseja é “se insurgir contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder” (Foucault, 1979, p. xii).

Foucault distingue duas formas de micro-poderes que são essenciais para as discussões desta pesquisa: o poder que emana do saber, e o poder que se extrai das práticas sociais. Esta última é particularmente cara para este trabalho.

O saber, para Foucault seria uma “peça das relações de poder” (Foucault, 1979, p. x). A contribuição de Foucault ao desenvolver a idéia de uma “genealogia do poder”: “foi a introdução nas análises históricas da questão do poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes” (Foucault, 1979, p. x). Em outras palavras, foi este autor que estabeleceu o nexos entre conhecimento e poder; informação e domínio sobre o outro; elementos que serão cruciais para descrever a natureza da “feminização do poder” que esta pesquisa deseja entender.

Mas o poder enquanto instrumento de análise histórica, não se restringe apenas ao saber, pois ele, para Foucault, é também —e principalmente— uma prática social. Para o autor, “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (Foucault, 1979, p. x).

Neste sentido:

... o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona (...) O poder é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. **Ele se exerce, se disputa.** E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde (Foucault, 1979, p. xiv-xv) [Grifo nosso].

As práticas de exercício de poder institucional em Vila Canoa têm um viés paternalista e se sustentam em históricas relações de subalternidade dos moradores da comunidade em relação aos poderes institucionais e seus detentores (NIMA, 2005). Os movimentos de resistência social mais expressivos no bairro foram aqueles ligados à luta pela própria permanência da sua população em uma área que foi historicamente sujeita a agressivas intervenções do Estado (macro-poder). Poucas, ou inexpressivas formas de resistência pelo viés do confronto se construíram ao longo das mais de cinco décadas de existência do bairro, no que se refere aos poderes institucionais instalados no local (clubes, ONGs, igrejas, padrões, etc).

Porém, para Foucault “onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social” (Foucault, 1979, p. xiv). Talvez sejam estes “pontos móveis” os responsáveis pela “genealogia do poder” feminino que se observa hoje em Vila Canoa. Finalmente, para o autor, o poder não se exerce apenas como repressor, mas também, como uma prática de retificação do outro. Enquanto prática disciplinar: “o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade” (Foucault, 1979, p. xvi).

D. O poder e o feminino

No livro **Mulheres públicas**, um estudo sobre a mulher do século XIX, Michelle Perrot (1988) descreve a percepção sobre a mulher que se expressava no espaço público, um espaço de histórica dominação masculina.

A mulher do espaço público do século XIX é descrita pela autora como “a mulher noturna, mais ou menos feiticeira, [que] desencadeia as forças irreprimíveis do desejo. Eva eterna, a mulher desafia a ordem de Deus, a ordem do mundo” (Perrot, 1998, p. 8).

Esta mulher pública era vista como o antagonismo da mulher da esfera privada —a mulher da casa—, um ser “sagrado”, cuja existência se resumia aos cuidados dos filhos e do lar. Seu oposto —a mulher do espaço público— era percebido como uma “depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher —também se diz a ‘rapariga’— pública é uma criatura, mulher comum que pertence a todos” (Perrot, 1998, p. 7).

Estar representado no espaço público do século XIX era diferenciado para os membros dos sexos masculino e feminino. Para a figura masculina, a presença no espaço público representava a “participação do poder” (Perrot, 1998, p. 7), já para a mulher, estar no público significava uma “vergonha”. Para a autora:

... o homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria (Perrot, 1998, p. 7).

Decorre daí que, para Perrot, participar do poder é uma busca inerente ao indivíduo do sexo masculino no século XIX, algo a ser conquistado e preservado com zelo. Neste contexto de afirmação do poder masculino através do público, a mulher da casa encontrou no “estético” a primeira conquista de poder feminino (Perrot, 1998, p. 22), o que se constituiria em um micro-poder, na percepção de Foucault. Foi através do “salão”, um espaço de encontro do público com o privado, dedicado à beleza e às artes, que a mulher da casa do século XIX, passou a co-participar do poder do seu marido e senhor:

É preciso ter um salão, ter seu próprio dia, freqüentar o dos outros, numa circularidade rodopiante, obedecer os códigos indumentários de uma moda exigente, sobre a qual já reinam os grandes costureiros, organizadores do espetáculo, usar jóias que, como um estandarte, proclamem a riqueza de um marido (Perrot, 1998, p. 22).

O século XIX é marcado por esta discriminação e segregação sexual de espaços:

... existem lugares praticamente proibidos às mulheres —políticos, judiciário, intelectuais, e até esportivos...—, e outros que lhes são quase exclusivamente reservados —lavanderias, grandes magazines, salões de chá (...) os grandes magazines, o salão de chá e a igreja são três lugares importantes de sociabilidade para mulheres de certa condição. As mulheres das classes populares, que circulam mais livremente, encontram-se na rua, no mercado e na lavanderia (Perrot, 1998, p. 37-38).

O passo seguinte foi dado quando as mulheres encontraram oportunidades de trabalhar no setor de serviços, especialmente naquelas atividades tradicionalmente da esfera da mulher, em particular: os magazines.

O pessoal desses magazines, no começo composto de homens, também passa a ser de mulheres, sobretudo a partir dos anos 1870, segundo uma hierarquia muito estrita, que mantém os homens nos postos de comando, como chefe de seção, que governam de maneira autoritária um exército de “*demoiselles de magasin*”, rigorosamente vigiadas e tratadas com severidade (Perrot, 1998, p. 38).

Perrot lembra que, embora o espaço público ainda fosse dominado pelo masculino, no começo do século XX ocorreram as primeiras mudanças no papel social da mulher: “Rose Zehmer, representante sindical em Citroen-javel, durante as greves de maio de 1938, ela fala, aponta, interpela. É escutada. Público essencialmente feminino” (Perrot, 1998, p. 117).

Os padrões de submissão impostos pela sociedade à mulher começam a sofrer modificações a partir do momento em que a mulher conquista a possibilidade de se desenvolver como profissional, ainda que ocupando funções muito limitadas:

... certos terrenos são de acesso mais fáceis do que os outros, como a saúde ou a educação e, de um modo mais geral, o trabalho assalariado (...) as mulheres conquistaram com muito esforço a escritura e as artes plásticas. Mas a arquitetura, essa ordem das cidades, a música, linguagem dos deuses, assim como o campo dos saberes, a filosofia ou as matemáticas, permanecem hostis a elas (Perrot, 1998, p. 91).

Desta maneira, pode-se dizer que as nascentes áreas profissionais, nas quais a presença feminina já era tradicional começaram a se definir no final do século XIX, tais como: a educação, o cuidado da saúde e o setor de serviços. É curioso notar que, com o desenvolvimento da Medicina enquanto ciência, embora as mulheres estivessem

historicamente ligadas ao cuidado da saúde da família, por se constituir como uma área de “inteligência”, a Medicina foi inicialmente vedada ao acesso da mulher. As áreas de saber que geram poder, como diria Foucault, foram igualmente reservadas para o masculino, em uma clara reserva de poder também na esfera profissional.

Embora os primeiros momentos do movimento feminista remontem ao final do século XIX, seria apenas a partir da segunda metade do século XX que a situação da mulher começaria a mudar. Segundo Eric Hobsbawm (1995), o movimento feminista se solidificou entre os anos de 1950 e 1970. Para o historiador, um dos grandes acontecimentos dessa época foi a saída da mulher da “esfera doméstica”. A mulher passou a ter vida própria, a conquistar seus ideais e a ter seu próprio rendimento.

Devemos lembrar que foi exatamente neste período que, no Rio de Janeiro ocorreram as remoções de favelas na zona sul da cidade. O bairro de Vila Canoa, nosso objeto empírico, sofreu ameaças constantes durante este período por parte do poder do Estado, para Foucault, do macro-poder. Neste contexto foi criada a Associação de Moradores de Vila Canoa —a AMAVICA—, com o objetivo de resistir à esse poder instalando novos poderes: micro-poderes institucionais. Nesta organização, embora as mulheres tenham participado como agentes políticos, jamais conseguiram ser eleitas para os cargos de direção política, permanecendo até os nossos dias a Associação como um espaço de dominação masculina.

E. O poder masculino

Em **A dominação masculina**, Bourdieu (2007) não apenas discute a natureza do exercício do poder do masculino sobre o feminino, mas, também, o exercício do “poder simbólico” que transcende as relações de poder entre os gêneros —controle e violência—, centrando-se na análise da figura da liderança institucional masculina:

Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é **imposta e vivenciada**, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, em última instância, do sentimento (Bourdieu, 2007, p. 8) [Grifo nosso].

A palavra **imposta**, usada por Bourdieu, derivada do verbo **impor** [Do lat. *Imponere*], com dois significados: obrigar a aceitar e constranger. A aceitação e o constrangimento constituem duas formas distintas de exercício da “violência simbólica” que, enquanto “práticas sociais” (Foucault, 1979), garantem a construção do dito “poder do masculino”, sobretudo em relação ao feminino, mas também em relação a todos aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade: as crianças, os homossexuais, os velhos, os doentes, etc.

Essa “violência simbólica”, enquanto “relação de poder”, é vivida em muitos níveis como forma de garantir a supremacia do masculino, inclusive através da negação da sexualidade feminina, o controle do corpo da mulher e suas formas próprias de expressão:

A constituição da sexualidade enquanto tal (que encontra sua realização no erotismo) nos faz perder o senso da cosmologia sexualizada, que se enraíza em uma topologia sexual do corpo socializado, de seus movimentos e seus deslocamentos, imediatamente revestidos de significação social —o movimento para o alto sendo, por exemplo,

associado ao masculino, como a ereção ou a posição superior no ato sexual (Bourdieu, 2007, p. 16).

Para Bourdieu, “o poder simbólico” é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a **cumplicidade** daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2007, p. 7) [Grifo nosso].

As práticas do constrangimento (violência) e da aceitação (cumplicidade), enquanto relações de poder, por ocorrerem em um universo de outras significações sociais, são naturalizadas, permitindo a instalação de uma dominação de natureza masculina em quase todas as posições de exercício do poder.

Para Bourdieu, um rompimento desta violência simbólica implicaria em ocupar, com uma perspectiva feminina, espaços aonde há uma grande abertura na superação da dominação masculina:

Em instâncias como a Escola ou o Estado, lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado, é um campo de ação imensa que se encontra aberto às lutas feministas, chamadas então a assumir um papel original, e bem definido, no seio mesmo das lutas políticas contra todas as formas de dominação (Bourdieu, 2007, p. 11).

F. Resultados do trabalho de campo

O trabalho de pesquisa de campo foi realizado em três etapas:

- Identificação das instituições existentes em Vila Canoa;
- Categorização das instituições e construção do banco de dados;
- Categorização do gênero das atuais lideranças das instituições identificadas.

A pesquisa de campo identificou a existência de 17 instituições no bairro de Vila Canoa. Foi construído um banco de dados contendo informações sobre estas instituições tais como: nome, nome da atual liderança, telefone para contato, natureza e tipo da instituição.

Foram definidas 12 categorias para a variável **Natureza da instituição**:

- Associação de moradores;
- Educação;
- Saúde;
- Cultura e lazer;
- Igreja;
- Ong;
- Profissional;
- Segurança;
- Habitação e urbanismo;
- Comunicação;
- Serviço público, e
- Turismo.

O primeiro balanço das instituições de Vila Canoa mostrou que ali existem exemplos de dez das 12 categorias de análise estabelecidas.

Foram estabelecidas três categorias de análise da variável **Tipo de instituição**:

- Públicas;
- Privadas, e
- Comunitárias.

Das 17 instituições identificadas em Vila Canoa, 47% são comunitárias; 29% privadas e 18% públicas.

A distribuição das instituições públicas por categoria (Gráfico I) mostrou que a presença do poder público, representantes do macro-poder em Vila Canoa, está concentrada em três áreas institucionais: Educação, Saúde e Habitação e Urbanismo.

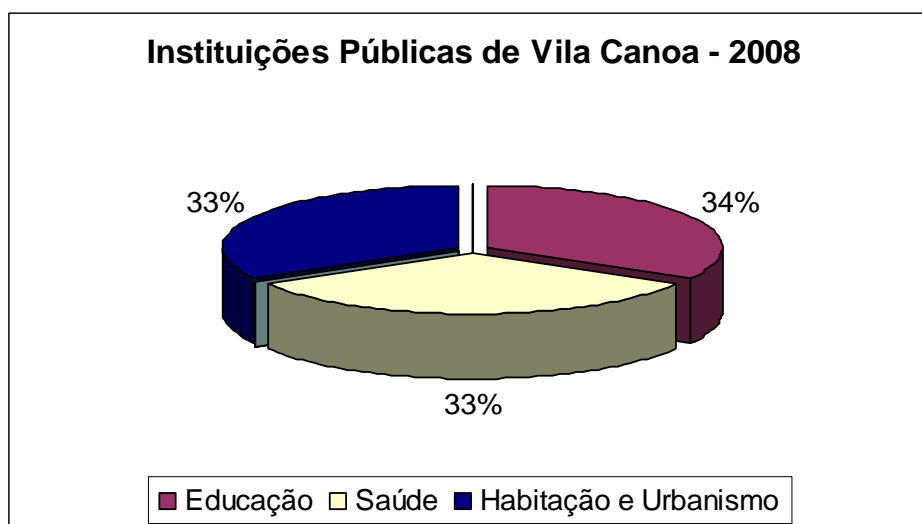
Quanto à Educação, o que se constatou é o Estado responde apenas pelo Ensino Pré-escolar, não oferecendo Ensino Fundamental e Médio para as crianças e jovens moradores de Vila Canoa. Isto obriga os moradores do bairro em idade escolar a se deslocarem para outras localidades para realizarem seus estudos.

Na área da Saúde foi identificada a presença de apenas uma Unidade de Saúde (US) que atende aos moradores do local (585 famílias, o que corresponde a cerca de 3.000 pessoas, segundo a própria US). A atuação da US se restringe ao Programa Saúde da Família (PSF), sem dispor de instalações ambulatoriais ou de profissionais fixos na comunidade.

Na área de Habitação e urbanismo, a Prefeitura mantém apenas um POUZO na comunidade, sem a oferta de serviços urbanos básicos, tais como, a coleta de lixo.

O trabalho inicial realizado permitiu identificar a ausência do poder público nos setores de Segurança e Serviços públicos, pois não existem postos policiais, equipamentos urbanos de lazer ou correios, entre outros.

Gráfico I - Distribuição das instituições públicas por categoria



Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de agosto de 2007 e junho de 2008.

A distribuição das instituições privadas de Vila Canoa (Gráfico II) permite constatar que estas se concentram nas áreas de: Educação, Igreja, Ong e Profissionais.

Da mesma forma que o Estado, a iniciativa privada atua principalmente no nível de Ensino Pré-escolar, porém já começa a atender às crianças do primeiro seguimento

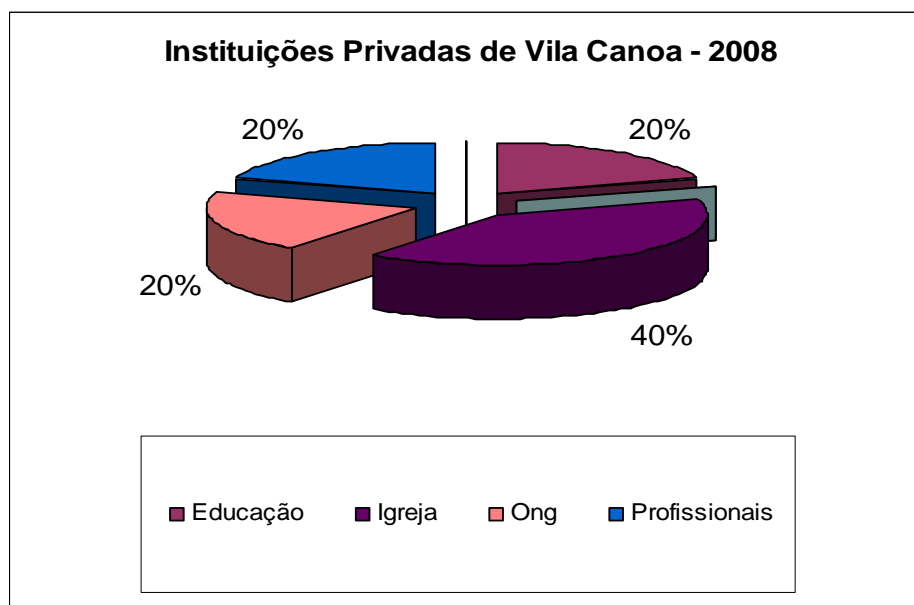
do Ensino Fundamental. Tanto na instituição pública, quanto nas privadas, a liderança da área de Educação é marcadamente feminina.

Os templos religiosos identificados em Vila Canoa são instituições neopentecostais. A igreja Católica mais próxima é a de São Conrado, porém esta não é percebida como uma instituição de Vila Canoa. Também não foi registrada a presença de qualquer religião de matriz africana na comunidade. Nas igrejas é possível constatar que os postos de liderança encontram-se ocupados por pessoas do sexo masculino.

A ONG que atua no bairro oferece serviços nas áreas de reforço escolar, informática e recreação, entre outros. Nesta instituição o posto de liderança é feminino.

O que denominamos “profissionais” são as organizações que buscam gerar emprego e renda a partir de trabalho artesanal. Os artesãos expõem seus produtos na ONG identificada, para consumo dos turistas visitantes, através de pacotes de agências especializadas em Turismo de Favela. Entre os artesãos constatamos que a liderança é feminina.

Gráfico II - Distribuição das instituições privadas por categoria



Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de agosto de 2007 e junho de 2008.

A distribuição das instituições comunitárias de Vila Canoa (Gráfico III) trata das organizações definidas como: Associações de moradores, Profissionais (artesãos), Turismo, Cultura e lazer e Comunicação.

No que se refere às Associações de moradores, há duas que convivem no bairro: a Associação dos Moradores de Pedra Bonita e a AMAVICA, ambas com lideranças masculinas.

Em relação às instituições que congregam artesãos profissionais, há a Associação de Mulheres e a Associação de Artesãs, cujas lideranças são femininas.

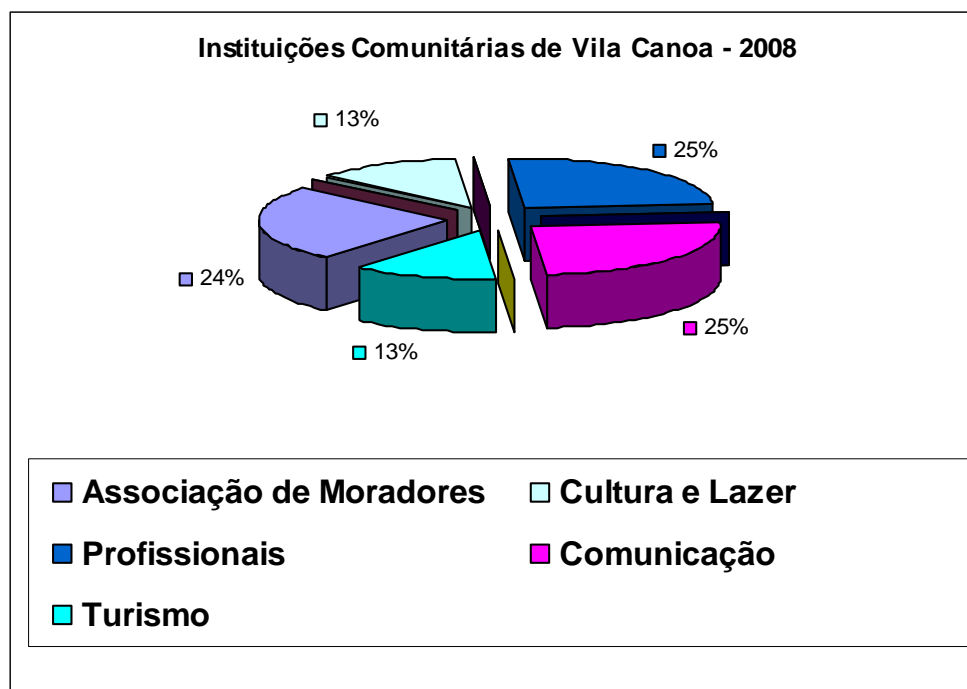
Quanto ao Turismo, existe uma instituição em Vila Canoa: Favela Receptiva, que tem em sua liderança uma mulher.

Para Cultura e lazer foi identificada uma instituição: a Biblioteca comunitária. Nesse espaço da biblioteca os moradores podem utilizar os serviços de internet gratuitamente. A Biblioteca tem um homem na sua liderança.

Na área de Comunicação foram identificadas duas instituições: o jornal **Fala Canoa**, que conta com um conselho de líderes de ambos os sexos, e a **Rádio**

Comunitária, com liderança masculina e que funciona no espaço da Associação de Moradores de Vila Canoa.

Gráfico III - Distribuição das instituições comunitárias por categoria



Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de agosto de 2007 e junho de 2008.

Conclusões

O estudo da literatura relativa ao conceito “feminização” indica que são reconhecidas duas áreas nas quais o termo tem sido sistematicamente utilizado: “feminização da pobreza” e “feminização da AIDS”, ou seja: nos campos da Economia e da Saúde Pública.

No que se refere à “feminização da pobreza”, o marco temporal inicial desta reflexão corresponde à **IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher**, realizada em Beijing, China, em 1995. A Conferência de Beijing, como ficou conhecida, marcou o início de um novo entendimento sobre os direitos humanos da mulher, com ênfase em: saúde sexual e reprodutiva, direitos reprodutivos, direitos sexuais e os direitos das adolescentes à informação e serviços.

Em termos de “feminização da AIDS”, a referência inicial encontra-se na segunda metade da década de 1980 quando, no Brasil, a epidemia da AIDS passou a atingir majoritariamente a população feminina heterossexual, indicando com clareza a permanência de uma subalternidade feminina nas relações de poder intra-familiares.

Em termos bibliográficos, não há por enquanto uma produção específica sobre “feminização do poder”, muito embora os trabalhos sobre “feminização da pobreza” e “feminização da AIDS” apresentem como principal convergência a indicação da necessidade de criação de mecanismos de **empoderamento** da mulher, como forma de enfrentamento das mazelas sociais decorrentes da pobreza e da AIDS.

A pesquisa de campo preliminar identificou a existência de 17 instituições em Vila Canoa. Atualmente, cerca de 50% destas são de caráter comunitário. Merece nota a pequena presença institucional do Estado no bairro (menos de 20% das instituições).

A liderança feminina está concentrada nas instituições de caráter comunitário e responde por mais da metade das direções institucionais de Vila Canoa, um fato relativamente recente no bairro, que conta com menos de duas décadas de existência.

A liderança feminina se faz sentir na área da Educação, uma tradicional área de atuação feminina, porém se observa também, e principalmente, nas novas formas de organizações institucionais da comunidade, tais como: organizações ligadas às atividades de geração de emprego e renda, ONGs, Turismo receptivo e mídias comunitárias.

Referências

BASTOS, Francisco Inácio, BOSCHI-PINTO, Cynthia; TELLES, Paulo Roberto & LIMA, Elson. “O não-dito da AIDS”. **Cadernos de Saúde Pública** v. 9, n. 1. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1993. 11 p.

Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>.

Acesso em 27/05/08.

doi: 10.1590/S0102-311X1993000100010

BASTOS, Francisco Inácio & SZWARCOWALD, Célia Landmann. “AIDS e pauperização: principais conceitos e evidências empíricas”. **Cadernos de Saúde Pública** vol.16, suppl.1. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2008. 16 p.

Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000700006&lng=en&nrm=iso.

Acesso em 03/08/2008.

doi: 10.1590/S0102-311X2000000700006

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 5ª edição.

_____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 11ª edição.

CASTRO, Mary Garcia. “Feminização da pobreza em cenário neoliberal”. Trabalho apresentado na **I Conferência Estadual da Mulher**, organizada pela Coordenadoria Estadual da Mulher. Rio Grande do Sul: Governo do Estado, 1999. p. 89-96.

Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/mulher/2001/artigo6.pdf>

Acesso em 03/08/2008.

FARAH, Marta Ferreira Santos. “Gênero e políticas públicas”. **Estudos Feministas**, 12. Florianópolis: 2004. p. 47-71.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>

Acesso em 03/08/2008.

FONSECA, Denise Pini Rosalem da. “Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável”. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho (Orgs.) **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. p. 115-128.

Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/6558.PDF?NrOcoSis=18222&CdLinPrg=pt

Acesso em 03/08/2008.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Empoderamento das mulheres**: avaliação das disparidades globais de gênero. Suíça: UNIFEM, 2005. Tradução: José Humberto Fagundes.

Disponível em: www.weforum.org

Acesso 19/12/2007

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX: 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRÁ, Jussara Reis & CARVALHO, Maria Jane. “Feminismo, políticas de gênero e novas institucionalidades”. **Labrys**. Estudos feministas, janeiro - julho de 2004. 18 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. “Plano de enfrentamento da feminização da epidemia de AIDS e outras DST”. Brasília: Secretária da Atenção à Saúde, 2007(a). 30 p.

Disponível em: http://www.unodc.org/pdf/brazil/plano_feminizacao_final.pdf

Acesso em 06/02/2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. “Plano integrado da feminização da epidemia de AIDS e outras DST no Estado de São Paulo”. Brasília: Secretária da Atenção à Saúde, 2007(b). 2 p.

Disponível em http://www.PlanoFeminiESP_ConsPublica%5B1%5D.pdf

Acesso em 06/02/2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. “Informe de atenção básica Nº 44”, Ano IX. Brasília: Secretária da Atenção à Saúde, 2008.

Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/docs/publicações>

Acesso em 21/05/2008.

NIMA. “Relatório final de atividades e demonstrativo da gestão dos recursos econômicos empenhados até o momento, apresentado ao Instituto Gênesis, em cumprimento ao estabelecido na seção: “Apresentação de resultados” do *Projeto NIMA/Gênesis*, de 17 de fevereiro de 2005. p. 5”. Documento impresso. Arquivo de documentos do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 10/09/2005. 135 pp.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. “Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para as mulheres”. Trabalho apresentado no **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, MG: ABEP, 2004. p. 1-12.

Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf

Acesso em 03/08/2008.

OLIVEIRA, Guacira César. “Mulheres chefes de família. Estratégia de ação”. Pré-Evento **Mulheres chefes de família**: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto, MG: 2002. p. 1-10.

Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Guacira.pdf>
Acesso em 19/12/2007.

PEARCE, Diana. "The feminization of poverty: women, work, and welfare" **Urban and Social Change Review**, II. Washington: 1978, p. 28-36.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SANTOS, Jaila Janilde Seabra; TAYRA, Angela; SILVA, Sara Romera; BUCHALLA, Cassia Maria & LAURENTI, Ruy. "A AIDS no Estado de São Paulo. As mudanças no perfil da epidemia e perspectivas da vigilância epidemiológica". **Revista Brasileira de Epidemiologia** v. 5, n. 3. São Paulo: 2002. p. 286-310.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2002000300007&lng=pt&nrm=iso
Acesso em 21/05/08.